

**CARTA DENUNCIA: NOVAS FONTES PARA O ESTUDO DAS RELAÇÕES
ENTRE O GOVERNO MILITAR E A SOCIEDADE CIVIL EM PERNAMBUCO
NOS ANOS DE DITADURA CIVIL-MILITAR**

José Rodrigo de Araújo Silva
Graduando em História pela UPE e pesquisador do GEHSCAL
rodrigope81@hotmail.com
Orientador: Alberon Lemos

Ao ampliar a utilização de suas fontes, o historiador enriquece seu trabalho, melhora sua narrativa e, sobretudo executa um trabalho de pesquisa pautado no desenvolvimento de abordagens mais abrangentes, buscando assim o afastamento ao máximo de anacronismos, preconceitos e visões restritivas. Nesta perspectiva, propomos uma reflexão das cartas enviadas aos órgãos de segurança de Pernambuco durante o período de Ditadura Civil-Militar, a fim de compreender de que forma a sociedade civil articulou junto ao Regime, atuando como “colaboradores a favor da ordem”.

Junto ao golpe de estado, os militares disseminaram a política de *Segurança Nacional* que instigava a população a atuar junto ao governo na defesa do mesmo, para que através de uma atuação em parceria, houvesse um desenvolvimento sistemático no país. Para tanto, seria preciso estruturar dois esquemas de propaganda: O primeiro a favor do governo, exaltando sua imagem e convencendo a população a apoiar o regime, e o segundo contra qualquer tipo de movimento hostil aos militares, pois estes impediriam o desenvolvimento do Brasil.

Além das propagandas, o governo estruturou uma complexa *Rede de Informações* que atuou de forma integrada em todo país. Esta rede seria responsável pela vigilância e controle social, e seu esquema era articulado ao ponto de integrar departamentos não só do Exército, mas da Marinha e da Aeronáutica, atuando como auxiliares no fornecimento de informações de supostos “subversivos” a fim de sufocar suas atuações.

As práticas de vigilância como método de controle social vão sendo disseminadas pela ‘comunidade de informação’ de forma hierarquizada, enquanto manifestação muito peculiar de uma vigilância preventiva, incorporada ao aparato militar e a segmentos da sociedade, que passam a atuar em todos os níveis e direções onde haja necessidade de neutralizar as forças contrárias ao regime. (SILVA, 2002: 46)

Michel Foucault, ao dissertar sobre os recursos para um bom adestramento, identifica o poder disciplinar como “um poder que, em vez de se apropriar e se retirar, tem como função maior adestrar ou adestrar para melhor se retirar e se apropriar (...) a disciplina fabrica indivíduos” (FOUCAULT, 1993: 29). Nesta perspectiva, os militares passaram criar mecanismos para implantar na sociedade o alerta necessário, despertando o medo e colocando desta forma os civis ao lado do governo. Vejamos a seguir um panfleto distribuído para população em que percebemos esta fabricação do informante:

Decálogo da Segurança

1 - Os terroristas jogam com o medo [sic] e o pânico. Somente um povo prevenido e valente pode combatê-los. Ao ver um assalto ou alguém em atitude suspeita, não fique indiferente, não finja que não viu, não seja conivente, avisa logo a polícia. As autoridades lhe dão todas as garantias, inclusive do anonimato.

2 - Antes de formar uma opinião, verifique várias vezes se ela é realmente sua, ou seja, se não passa de influência de *amigos* que o envolveram. Não estará sendo você um inocente útil numa guerra que visa destruir você, sua família e tudo o que você mais ama nesta vida?

3 - Aprenda a ler jornais, ouvir rádio e assistir TV com certa malícia. Aprenda a captar mensagens indiretas e intenções ocultas em tudo o que você vê e ouve. Não vai se divertir muito com o jogo daqueles que pensam que são mais inteligentes do que você e estão tentando fazer você de bobo com um simples jogo de palavras.

4 - Se você fôr [sic] convidado ou sondado ou conversado sobre assuntos que lhes pareçam estranhos ou suspeitos, finja que concorda e cultive relações com a pessoa que assim o sondou e avise a polícia ou o quartel mais próximo. As autoridades lhe dão todas as garantias, inclusive do anonimato.

5 - Aprenda a observar e guardar de memória alguns detalhes das pessoas, viaturas e objetos, na rua, nos bares, nos cinemas, teatros e auditórios, nos ônibus, nos edifícios comerciais e residenciais, nas feiras, nos armazéns, nas lojas, nos cabeleireiros, nos bancos, nos escritórios, nas estações ferroviárias, nos trens, nos aeroportos, nas estradas, nos lugares de maior movimento ou aglomeração de gente.

6 - Não receba estranhos em sua casa, mesmo que sejam da polícia - sem antes pedir-lhes a identidade e observá-los até guardar de memória alguns detalhes: número da identidade, repartição que expediu, roupa, aspecto pessoal, sinais especiais, etc . O documento também pode ser falso.

7 - Nunca pare seu carro solicitado por estranhos, nem lhes dê carona. Ande sempre com as portas de seu carro trancadas por dentro. Quando deixar o seu carro em algum estacionamento ou posto de serviço, procure guardar alguns detalhes das pessoas que o cercam.

8 - Há muitas linhas telefônicas cruzadas. Sempre que encontrar uma delas, mantenha-se na escuta e informe logo a polícia ou o quartel mais próximo. As autoridades lhe dão todas as garantias, inclusive do anonimato.

9 - Quando um novo morador se mudar para o seu edifício ou para o seu quarteirão, avise logo a polícia ou o quartel mais próximo. As autoridades lhe dão todas as garantias, inclusive do anonimato.

10 - A nossa desunião será a maior força [sic] de nosso inimigo. Se soubermos nos manter compreensivos, cordiais, informados, confiantes e unidos, ninguém nos vencerá. (DEAP/DOPS, Pasta SNI, 1969)

Os pontos deste documento são de fundamental importância para compreendermos essas relações que foram estabelecidas. Percebe-se já no primeiro ponto o jogo de alerta na população. Ao afirmar que “*os terroristas jogam com o medo e o pânico*”, o governo deixa subentendido que os “subversivos” são os responsáveis pelo clima de tensão que permeia o país na época. Junto a estes ‘manuais de proteção’ temos ainda os cartazes com fotos dos ‘elementos’ e legendas do tipo “procura-se terroristas” para acentuar o pânico na sociedade.

O ultimo item corrobora as reais intenções de sua disseminação. Ao afirmar que “*Se soubermos nos manter compreensivos, cordiais, informados, confiantes e unidos, ninguém nos vencerá*” o governo sugere a solução para o aparente estado de instabilidade no país. É necessário aliar o povo ao regime para obtenção dos resultados desejados. As pessoas precisam colaborar, apoiar, fiscalizar e o mais importante *informar* todo e qualquer suspeito que ameace desestruturar o sistema. Após criar estes mecanismos de medo, as pessoas se sentem responsáveis pela manutenção da ordem, informando, como sugerido.

As informações eram processadas por uma equipe especializada que avaliava o informe e classificava em graus e níveis de veracidade das informações:

Há seis níveis de fontes e seis graus de veracidade do informe: A,B,C,D,E,F e 1,2,3,4,5,6. Um informante A1 é um informe de uma fonte sempre idônea e com grande probabilidade de verdade. (...) Se o informe é F6, significa que não pode se saber a idoneidade da fonte, pode ser de um maluco qualquer (...) O grosso caía no C. Quer dizer, fonte razoavelmente idônea e o informe tem possibilidades de ser verídico. O trabalho do analista é juntar tudo numa pasta ou, agora, num computador, e fazer uma análise (...) o que ele dá ao chefe do escalão é com o máximo que pode alcançar de precisão. (D'ARAÚJO; SOARES; CASTRO, 1994: 47)

Nos arquivos do DOPS em Pernambuco, podemos encontrar indícios dessa participação através das cartas enviadas aos órgãos de segurança do estado, seja denunciando, informando ou até mesmo apoiando o regime, percebemos esta atuação dos civis junto ao governo. Como primeiro exemplo, temos uma carta anônima enviada pela mãe de uma aluna do curso de medicina da UFPE, em 04 de abril de 1973:

O motivo que me levou a escrever à V.Ex^a. foi o seguinte: Tenho uma filha estudando na U.F.P. da turma de Medicina. Ontem quando os alunos saíram da universidade foram distribuídos entre eles, por pessoa da faculdade, boletins, como este que aqui segue anexo. Como não quero que futuramente minha filha seja influenciada pelas idéias aqui expostas, venho por meio desta, alertar as autoridades para o foco pernicioso que ali está se instalando. Além da parte moral que é péssima, há agora mais um antro de propagandista contra o regime (...) O folheto era violentíssimo. Aconselhei minha mãe a mostrar a um capitão do Exército vizinho dela e ele achou fortíssimo. Temendo coisas piores pela frente para o nosso Estado e nossa Cidade, é que preocupada resolvi comunicar o fato às autoridades competentes. (APEJE/SSP/DOPS. Prontuário: 29.222)

O medo está presente em todo o texto. Desde o momento do recebimento do panfleto na Universidade, até as especulações quanto ao futuro do Estado e da cidade. Notadamente, podemos sugerir que os motivos pelos quais a mãe escreveu denunciando focos de atuação de resistência foram motivações dos alertas previamente estabelecidos pelo governo. Automaticamente ao enviar uma carta denunciando tais acontecimentos, o individuo passa a ser parte integrante da rede de informações.

Outra carta enviada à Embaixada Americana no Rio de Janeiro e esta por sua vez, repassada para o DOPS de Pernambuco em 02 de outubro de 1970 será objeto de

nossa análise. A carta foi classificada pela comunidade de informações como material referente ao “Aliciamento de jovens para a subversão” na cidade do Recife. A mesma foi escrita por um pai residente no Rio de Janeiro preocupado com o comportamento do filho que na ocasião morava em Pernambuco com sua mãe. Neste material, percebemos não apenas elementos de medo, mas de conteúdos relacionados à ‘moral e os bons costumes’ disseminados pelo regime.

Prezado senhor, Com tanta coisa acontecendo, eu me sinto até um criminoso de não contar o que sei. Eu morreria de remorso se alguma coisa acontecesse em Recife com um americano. Preste atenção. Eu sou desquitado e minha ex-mulher mora no Recife com nosso filho único. Ano passado, ele se meteu com uns farristas, porque ele gosta muito de cantar e conheceu um tal de Lula que tem um conjunto jovem nos inferninhos de Boa Viagem. Acontece que esse tal é maconheiro. Atrai os jovens com sua música e depois vicia eles na maconha e outras drogas, quando eles não se dominam mais, leva para a casa de um irmão que mora na Rua *** n° ***, para receber doutrinação comunista (...) Tem outro chamado Paulinho que é veado e também ajuda. A mulher do Clovis vai com qualquer um, pois é uma viciada e na cama vai ensinando os pensamentos do Mau (...) (APEJE/SSP/DOPS)

A preocupação do pai não é apenas relacionada ao envolvimento do filho com as drogas. O texto é claro quando afirma que os jovens são levados para uma casa tendo a finalidade de receber “doutrinação comunista”. O principal alvo dos militares eram as atuações de esquerda que tinham por base as idéias comunistas, por isso o enfoque do informante ao fazer referencia ao local de encontro dos jovens. A questão da moral também está presente, ao especificar a conduta sexual dos outros dois integrantes.

Segundo Carlos Fico, “a comunidade de informações via nas transformações comportamentais dos anos 1960/1970 – referidas à sexualidade, e as drogas, por exemplo – a confirmação do que supunha ser uma intenção deliberada de degeneração de supostos valores facilitadores da subversão”. (FICO, 2001:187) Sendo assim, o fato dos integrantes possuírem uma conduta sexual que não é aprovada pelo regime, afirmando não se encaixar nos parâmetros estabelecidos pela sociedade, fariam dos mesmos vulneráveis à subversão.

Apoiar e expressar opinião também eram válidos. Na medida em que mostra sua posição em relação ao governo. Sobre este assunto, temos uma carta enviada em

outubro de 1971 por um morador da cidade de Triunfo (PE) referente ao arrependimento do ex-militante José Gersino Saraiva, o mesmo foi colaborador de uma organização terrorista e arrependido saiu do grupo e denunciou todos os envolvidos. O morador enviou uma carta aos militares expondo sua opinião sobre o assunto.

Sou brasileiro e é meu dever lutar pela minha pátria, amá-la e defender os seus interesses quando ela precisar. É por esta razão que vou dar meu parecer a respeito destas cartas tão importantes, expostas na revista “A vitória de um terrorista”, cujo tema é um dos mais atuais do Brasil e que devemos lutar unidos para resolve-los [sic] antes que seja tarde demais (...) O jovem Gersino pela sua carta está muito arrependido, e quer se reabilitar perante a sociedade. O que acho ser-lhe bem difícil. Não se pode confiar plenamente num arrependimento tão rápido dentro de uma prisão. Está ainda preso, mas, afirmou ser muito bem tratado pelas autoridades da 2ª Zona Aérea. (APEJE/SSP/DOPS. Prontuário: 19.012)

As passagens ufanistas presentes no texto são frutos dos mesmos mecanismos que citamos anteriormente, bem como a questão da dúvida sobre a real reabilitação do ex-militante. Ao encerrar a carta, o individuo alerta ao governo uma possibilidade do preso não está completamente livre das idéias anteriormente compartilhadas. De modo que toda suspeita é válida para controlar, vigiar e sufocar uma manifestação do detento. Está implícito neste depoimento as marcas da estrutura estatal.

Diante de todas as problemáticas levantadas, constatamos as lacunas ainda existentes no que diz respeito à história da Ditadura Civil-Militar. A ampliação das fontes sobre este período instiga o historiador a levar em consideração não apenas a história que compõe os arquivos oficiais (muitas vezes tão escassos ou inacessíveis), mas a utilizar elementos produzidos pela própria sociedade que ajudam a compreender melhor toda estrutura e mecanismo que foram estabelecidos durante o período.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL: Nunca mais. Prefácio de D. Paulo Evaristo Arns. 17ª edição. Petrópolis: Vozes, 1986.

D´ARAÚJO; Maria Celina; SOARES, Glauco Ary Dillon; CASTRO, Celso (org) *Os anos de chumbo: A memória sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-dumará, 1994.

FICO, Carlos. *Como eles agiam: Os subterrâneos da Ditadura Militar-espionagem e policia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. 10. Ed. Petrópolis: Vozes, 1993

GASPARI, Élio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). *Fontes Históricas*. 2ª. edição. São Paulo: Contexto, 2006.

SILVA, Marcília Gama da. *Informação, Repressão e Memória: A construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)*. Tese (Doutorado) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Castelo a Tancredo*. 8ª Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2004.